

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. Gervásio Maia)

Altera a redação da Lei nº 14.620, de 15 de julho de 2023, para incluir medidas de prevenção à contratação de mão de obra em condições análogas à escravidão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.620, de 15 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

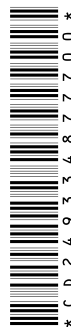
“Art. 3º.....:
.....
III - estímulo ao cumprimento da função social da propriedade e do direito à moradia, observado os valores sociais do trabalho e a garantia de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança
.....” (NR)

“Art. 3º-A. O Programa Minha Casa, Minha Vida, deve assegurar que os participantes do Programa adotem medidas para inibir contratação direta ou indireta de trabalhadores em condições de trabalho análogo à escravidão.

Parágrafo único. Empresas que tenham sido autuadas por infrações trabalhistas pela contratação direta ou indireta de trabalhadores em condição análoga à escravidão não poderão participar do Programa Minha Casa, Minha Vida. “

“Art. 11.....
.....
II -

c) fornecer lista de empresas que tenham sido autuadas por infrações trabalhistas pela contratação direta ou indireta de trabalhadores em condições análogas à escravidão;



.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem como objetivo fortalecer a legislação brasileira no combate ao trabalho escravo, em consonância com os compromissos nacionais e internacionais de erradicação desta prática.

O trabalho escravo é uma violação grave dos direitos humanos e laborais, configurando uma forma extrema de exploração que fere a dignidade do trabalhador. Este projeto propõe a inclusão de dispositivos que exigem a adoção de medidas preventivas pelas empresas participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, garantindo que essas empresas não se envolvam em práticas abusivas. A vedação à participação de empresas autuadas por tais infrações visa criar um ambiente de conformidade e responsabilidade social, desestimulando a exploração e promovendo condições dignas de trabalho.

A inserção de tais medidas reforça a função social da propriedade e a proteção dos direitos trabalhistas, pilares essenciais para a justiça social e o desenvolvimento sustentável do país.

Além disso, o projeto que o Programa Minha Casa, Minha Vida, se alinhe ao compromisso constitucional de assegurar valores sociais do trabalho que alcançam a segurança, a higiene e a saúde no trabalho, componentes fundamentais para a proteção dos trabalhadores e para a construção de um ambiente laboral seguro e saudável. Com estas alterações, espera-se não só coibir o trabalho análogo à escravidão, mas também promover uma cultura de respeito aos direitos trabalhistas e humanos.

Por fim, assegurar que a gestão do Programa, feito pela Ministério das Cidades, tenha acesso às informações necessárias é instrumento necessário para coibir que empresas infratoras participem do



referido Programa, uma vez que o financiamento público deve ser reservado para aqueles que agem de forma republicana e cidadã.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio das nobres Deputadas e Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Gervásio Maia
PSB/PB

